

DIFUNDINDO O USO E O CONSUMO RESPONSÁVEL DE PEIXE

Naira Cristina Santos Lemos¹; Charles Hanry Faria Júnior²

¹Estudante do Curso de Engenharia de Pesca- ICTA – UFOPA; E-mail: naira.andreoli@hotmail.com¹, ²Docente do Instituto de Ciências e Tecnologias das Águas - ICTA – UFOPA. E-mail: charleshanry@yahoo.com.br; ²

RESUMO: A pesca possui importância cultural, econômica e social na Região Amazônica, porém em decorrência da sobrepesca, uso desordenado dos recursos pesqueiros, desmatamento de áreas de várzea, poluição dos corpos hídricos, construção de barragens e mudanças climáticas, as taxas de captura da pesca extrativa ao nível mundial apresentaram redução nos últimos 30 anos como sinal de limitação produtiva. O trabalho objetivou difundir a importância da pesca, normativas de exploração de peixes e o consumo responsável junto à comunidade de consumidores, na busca do entendimento dos benefícios da paralisação da pesca de espécies protegidas, de evitar o consumo de peixes abaixo do tamanho mínimo e ovados. Um folder educativo foi elaborado e 50 distribuídos nos pontos de comercialização de peixe e realizadas palestras em escolas públicas de Santarém voltadas ao estímulo dos futuros consumidores para o consumo responsável de pescado. Dos 152 alunos de 8 turmas do ensino fundamental e médio que participaram, 57 responder ao questionário antes e após a palestra para comparar o conhecimento pretérito e o novo (após palestra). Só 6,3% não gostam de peixes e os que gostam conhecerem 30 etnoespécies regionais. Antes da palestra 53,1% não identificam um peixe estava abaixo do tamanho mínimo permitido para a captura, passando para 64,0% após a palestra, além do comprometimento de 53,2% em evitar consumir. Antes 64,0% sabiam o que é DEFESO, passando para 80,0%. Portanto, ações de educação ambiental são de grande importância para o estímulo da conscientização ecológica exercitando práticas que visem o consumo responsável.

Palavras-chave: Educação; ambiente; pesca.

INTRODUÇÃO

O pescado, onde o peixe se destaca como um dos principais itens, é um alimento que se sobressai pelo seu alto valor nutricional devido à quantidade e qualidade das suas proteínas, à presença de vitaminas e minerais e, principalmente, por se fonte de ácidos graxos essenciais como ômega-3. Onde a ingestão desses lipídios está associada à diminuição dos riscos de doenças cardiovasculares e a funções importantes nas fases iniciais do desenvolvimento humano (SARTORI; AMÂNCIO, 2012).

Nessa ótica, o peixe é uma excelente fonte de proteína animal e outros nutrientes essenciais, contribuindo para a segurança alimentar em numerosas regiões, fator que vem estimulando gradativamente o crescimento do consumo per capita, determinado em 16,7 quilos por pessoa/ano em 2006 e estimado em 20 quilos até 2030 (FAO, 2012).

Dessa forma, a atividade pesqueira, tradicionalmente realizada pela população local, desempenha importante papel dentro do contexto econômico, social e cultural da Região Amazônica (SANTOS, 1987; PETRERE JR., 1992). A região Norte possui um grande potencial pesqueiro, sendo o maior produtor de pescado da região, respondendo por cerca de 60% do total desembarcado localmente, atendendo as exigências do mercado pesqueiro e as preferências do consumidor (BARBOSA, 2006). Porém em decorrência da pesca desordenada, sobrepesca, desmatamento, poluição hídrica e mesmo mudanças climáticas como resultado da ação antrópica, as taxas de captura da pesca extrativa ao nível mundial apresentaram uma redução (assintótica) nos últimos 30 anos, dando sinais de limitação produtiva (CASTELLO, 2007; ROSA et al., 2011; FAO, 2012).

Associadas a esses fatores, o direcionamento das capturas para espécies de maior valor comercial e preferência popular, o desperdício provocado pelo manuseio inadequado dos peixes pós-captura, o desconhecimento por parte dos pescadores, vendedores e consumidores de peixes da necessidade da observância da legislação ligada ao setor pesqueiro, do conhecimento da biologia e ecologia das espécies exploradas e da necessidade de atenção a esses aspectos com vistas à conservação dos estoques pesqueiros, colaboram para o uso desordenado desse recurso.

Dessa forma, é visível a necessidade de ações de Extensão que busquem difundir as normativas vinculadas à exploração de peixes, bem como o entendimento da ecologia e biologia de algumas espécies junto à comunidade de pescadores, vendedores e consumidores de peixes, na busca do entendimento dos benefícios da paralisação da pesca de espécies protegidas pela legislação, a abstenção da compra e comercialização de peixes no período reprodutivo ou comercializados abaixo do tamanho mínimo de captura, visando contribuir para o consumo responsável e a conservação dos estoques pesqueiros regionais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área de execução do trabalho foi à cidade de Santarém – Pará, subdividida em duas frentes de ação. A primeira se direcionou as escolas da rede estadual de ensino de Santarém para a realização de palestras educativas. A segunda foi direcionada as feiras e mercados municipais, para a distribuição de folders informativos.

Como etapa inicial do projeto, visando a primeira frente de ação, foi realizada em parceria com o docente orientador a elaboração de palestra no Microsoft PowerPoint, com temáticas voltadas ao consumo responsável do pescado, abordando os aspectos relacionados à importância social, econômica e cultural do pescado para a população Santarena, a biologia e ecologias das espécies de peixes utilizadas comercialmente para o consumo e a necessidade de entender e respeitar a legislação vigente direcionada a conservação dos recursos pesqueiros. Para a segunda frente de ação foi elaborado um folder informativo contendo as principais legislações vigentes que regulamentam a exploração e comercialização dos recursos pesqueiros na região Amazônica e sua relação com aspectos da biologia e ecologia das espécies protegidas, para distribuição durante as palestras e nos principais pontos de comercialização de peixes na cidade de Santarém.

Para mensurar a efetividade da primeira frente de ação, antes da realização da palestra, os alunos participantes que se disponibilizavam a colaborar com o processo avaliativo do projeto, respondiam a um questionário semiestruturado para coletar informações sobre o nível pretérito de entendimento sobre a temática que seria abordada. Em seguida a palestra era proferida e aberto tempo destinado a arguições por parte dos alunos para esclarecer o conteúdo da palestra quando necessário, com tempo estendido até 60 minutos (palestra e arguições). Ao término das palestras, os mesmos questionários foram aplicados para os mesmos voluntários em cada palestra com a finalidade de observar o nível de entendimento do conteúdo repassado, de forma permitir comparações entre o conhecimento pretérito e o novo conhecimento após a palestra. Os dados obtidos foram analisados mediante ferramentas da estatística descritiva (ZAR, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total 152 alunos de 8 turmas do ensino fundamental e médio que participaram, 57 responder ao questionário antes e após a palestra, dos quais 93,70% mencionam consumir peixes regularmente e apenas 6,30% não gostam de peixes. Resultado que auxiliam no entendimento do porque, segundo Isaac e Rufino (2000), o pescado tem destaque como uma das principais fontes de proteína animal para consumo das populações amazônicas.

Os alunos mencionaram conhecer 33 etnoespécies de peixes (Tabela 1), que podem resultar aproximadamente 72 espécies, uma vez que na mesma denominação popular podem conter duas ou mais espécies. Entretanto, uma das etnoespécies citada trata-se de um mamífero aquático, o peixe boi, e duas não ocorrem em águas interiores regionais (tubarão e atum), mostrando uma limitação no conhecimento da diversidade de espécies de peixes na região e uma confusão de entendimento sobre o que é peixe.

Tabela 1. Etnoespécies de peixes citadas como conhecidas pelos participantes voluntários.

Espécies	Nome Científico	%
Acará	Clichlidae	1,10
Acari	Liposarcus pardalis	11,05
Aracu	Anostomoides laticeps, Leporinus spp.; Rhytiodus sp.; Schizodon fasciatus	2,21
Aruanã	Osteoglossum bicirrhosum	1,66
Atum	Thunnus	0,55
Branquinha	Potamorhina spp.; Psectrogaster amazônica; Curimata inornata	1,10
Charutinho	Hemiodus unimaculatus	0,55
Charuto	Hemiodus sp.	0,55
Cujuba	Oxydoras niger	1,10
Curimatã	Prochilodus nigricans	3,31
Dourada	Brachyplatystoma flavicans	0,55
Filhote	Brachyplatystoma filamentosum	0,55
Fura calça	Pimelodina flavipinnis	2,76

Jaraqui	<i>Semaprochilodus</i> spp.	3,31
Jaú	<i>Zungaro zungaro</i>	0,55
Mapará	<i>Hypophthalmus</i> spp.	9,39
Matrinxã	<i>Brycon amazonicus</i>	0,55
Pacu	<i>Mylossoma</i> sp.; <i>Myleus</i> spp.	10,5 0
Peixe boi	<i>Trichechus inunguis</i>	0,55
Pescada	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	7,73
Piranha preta	<i>Serrasalmus rhombeus</i>	0,55
Piranha vermelha	<i>Pygocentrus nattereri</i>	2,21
Pirapitinga	<i>Piaractus brachypomus</i>	2,76
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	6,08
Sardinha	<i>Triportheus</i> spp.	1,66
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	3,87
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	11,0 5
Tamoatá	<i>Hoplosternum littorale</i>	1,10
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>	1,10
Tubarão	<i>Carcharodon</i>	0,55
Tucunaré	<i>Cichla</i> spp.	9,39

Para o tamanho mínimo que peixes de algumas espécies podem ser pescados e comercializados, 46,84% mencionaram não conhecer, portanto, não saber identificar antes da palestra quando um peixe estava abaixo do tamanho mínimo. Após a realização da palestra 64,00% informaram que saberiam identificar quando o peixe está a abaixo do tamanho permitido para a pesca e comercialização e, portanto, para consumo, porém esse pequeno acréscimo mostra a necessidade de mais ações educativas para ampliar a assimilação do conhecimento de que o consumo de peixes com essas características pode comprometer a conservação de espécies reguladas por portarias (Figura 2).

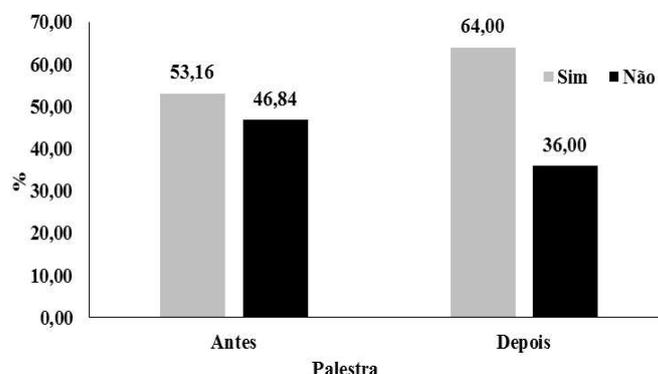


Figura 2. Percentual de alunos que manifestaram ter conhecimento sobre o tamanho mínimo de captura e comercialização de algumas espécies de peixes antes e após a palestra.

Na ótica do consumo de peixes ovados, somente 44,60% informaram saber quando um peixe está ovado, porém 56,90% destacaram que gostam de consumir peixe ovado ou consumir a sua ova. Depois da palestra 63,20% afirmaram entender que o consumo de peixes ovados pode comprometer a conservação de espécies de peixes e manifestaram-se favoráveis a deixar de consumir peixes ovados.

Antes da palestra 54,00% já sabiam o que é DEFESO e conheciam sua finalidade, porém somente uma espécie foi citada como conhecida (surubim). O nível de conhecimento do que é DEFESO e a manifestação do desejo de não consumir as espécies protegidas pelo DEFESO durante o período estabelecido na portaria após a palestra aumentou para 80,00% (Figura3).

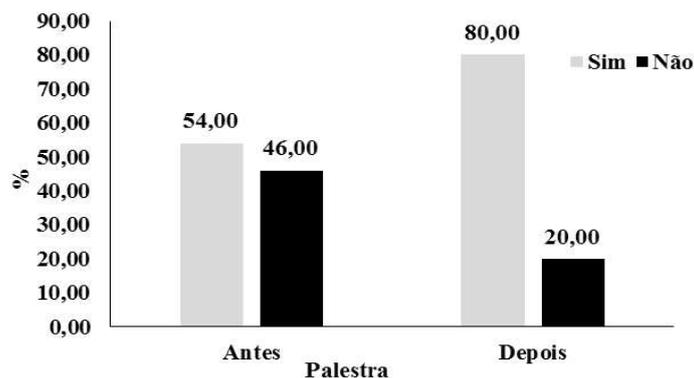


Figura 3. Percentual de alunos que conheciam o DEFESO e da manifestação em passar a respeitá-lo e não consumir espécies protegidas durante esse período.

As respostas de modo geral apontaram que a maioria desses estudantes apesar de serem consumidores de peixe desconheciam em parte a importância do período do defeso, do tamanho mínimo e da importância social e econômica que esse organismo tem para população. Essa percepção inicial dos indivíduos que estão sendo preparados para serem multiplicadores foi de fundamental importância para identificar o nível de conhecimento sobre os temas abordados.

Dessa forma, esses resultados confirmam que ações de educação ambiental são ferramentas de grande importância para o estímulo da conscientização ecológica e a melhoria da qualidade de vida exercitando práticas que visem o uso responsável e o desenvolvimento sustentável (RABELO, 2008). Assim como respeitar a legislação, pois deste modo será possível à conservação desses recursos e a garantia que as futuras gerações usufruam também desses recursos.

A distribuição de folders foi realizada com limitações devido à falta de recursos para a impressão, porém, foram distribuídos 50 exemplares, aproveitando o momento para explicar para as pessoas que receberam sobre a finalidade do mesmo quando da manifestação.

CONCLUSÕES

A realização de palestras em escolas é de fundamental importância, pois a escola é um espaço apropriado para constituir conexões e informações, como um dos caminhos para criar condições e alternativas que impulsionam os futuros consumidores a revelarem opiniões e posturas cidadãs, com o conhecimento de suas responsabilidades, e principalmente, entenderem que são integrantes do meio ambiente. Portanto, a educação escolar, bem como o esclarecimento dos consumidores são vitais para o desenvolvimento de valores e ações comprometidas com a sustentabilidade ecológica e social. Resta destacar que existe a necessidade de expandir essa ação para mais escolas e para o conjunto de consumidores Santarens, tornando dessa iniciativa uma ação de educação continuada visando benefícios futuros para os consumidores de pescado, bem como para os trabalhadores envolvidos na cadeia de produção e comercialização.

AGRADECIMENTOS

A Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão- PROCCE da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA pelo auxílio prestado durante todo o período de vigência do projeto. Ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão- PIBEX e ao meu orientador por todo apoio e companheirismo durante a realização do projeto.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. A.; DE SANTANA, A. C.; DA SILVA, I. M.; DO NASCIMENTO BOTELHO, M.; NETO, J. M. H. C. 2003. Características comportamentais do consumidor de peixe no mercado de Belém. **Boletim Técnico Científico do Cepnor/Tropical Journal of Fisheries and Aquatic Sciences**, 7(1), 115-133.

CASTELLO, J. P., 2007. Gestão dos Recursos Pesqueiros, isto é realmente possível? Artigo de Opinião/ **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**. 47-52, 2007.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. The State of World Fisheries and Aquaculture, 2012. Disponível em: Acesso em: nov. 2012.

PETREIRE JR., M. 1992. Pesca na Amazônia. **Anais Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia, Belém, Brasil**, p. 72-77.

RABELO, R. A.; FERREIRA, O. M. 2008. Coleta Seletiva de Óleo residual de fritura para aproveitamento industrial. Universidade Católica de Goiás – Departamento de Engenharia Ambiental – Goiânia – GO.

ROSA, R. F. S.; DINIZ, M. J. T.; DINIZ, M. B. 2011. Queda da produção pesqueira do estado do Pará: evidências da tragédia dos comuns? **Ix Encontro Nacional Da Ecoeco. Políticas Públicas e a Perspectiva da Economia Ecológica**. Outubro de 2011. Brasília - DF – Brasil.

SANTOS, G. M. D. 1987. Composição do pescado e situação da pesca no estado de Rondônia. *Acta Amazônica*, 17, 43-84. ZAR, J. H.; **Biostatistical Analysis**. 4ed.

SARTORI, A. G.; AMANCIO, R. D. 2012. Pescado: importância nutricional e consumo no Brasil. **Segurança alimentar e nutricional**, 19(2), 83-93.

ZAR, J. H. 2009. *Biostatistical analysis*, 5. ed. **New Jersey: Prentice-Hall**.